



EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL – ANÁLISE DA ADERÊNCIA AO RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA ANEEL PELAS COMPANHIAS DO SETOR ELÉTRICO LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Mariane Silveira Santos ¹
Tiago Lucimar da Silva ²
Joisse Antonio Lorandi ³

RESUMO

Este estudo objetiva identificar o nível de evidenciação ambiental das companhias listadas na BM&FBOVESPA pertencentes ao segmento de energia elétrica. Nesse intuito, adotou-se uma pesquisa prática do tipo *Survey*, de natureza descritiva, com a abordagem qualitativa do problema. Os dados foram coletados nos relatórios socioambientais divulgados pelas empresas referentes ao exercício de 2011. O nível de evidenciação ambiental foi mensurado mediante a utilização de tópicos que compõem a dimensão ambiental do relatório de responsabilidade socioambiental introduzido em 2006 pelo órgão regulador do setor elétrico brasileiro – ANEEL. Identificou-se que dentre as 65 companhias listadas nesse segmento, 75% (49 empresas) divulgaram o relatório socioambiental correspondente ao ano de 2011. A ANEEL orienta que as empresas publiquem o balanço social (modelo IBASE) dentro dos relatórios socioambientais, no entanto, constatou-se que 49 empresas da amostra o divulgaram. Os resultados da pesquisa apontam que 34 empresas evidenciaram 90% ou mais dos itens analisados na pesquisa, sendo que 28 delas descreveram todos eles nos relatórios. Conclui-se, que a intervenção do órgão regulador impulsiona as empresas do setor elétrico brasileiro a prestar contas à sociedade, tendo em vista que os recursos naturais são essenciais para operacionalização das atividades exercidas neste setor.

Palavras-chave: Evidenciação ambiental; ANEEL; Setor elétrico; BM&FBOVESPA.

¹ marianefpolis@hotmail.com

² tlucimardasilva@yahoo.com.br

³ lorandi@cse.ufsc.br

1. INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, crescem os questionamentos sobre o verdadeiro papel das empresas na sociedade (HACKSTON; MILNE, 1996). À medida que os problemas ambientais se agravam, aumenta a preocupação da sociedade com os aspectos associados à degradação do meio ambiente (RIBEIRO; VAN BELLEN; CARVALHO, 2011) e cresce a consciência pública do papel das organizações buscarem meios/processos de mitigar os impactos causados ao meio ambiente decorrente de suas atividades (HACKSTON; MILNE, 1996).

As manifestações sobre as agressões ao meio ambiente iniciaram em decorrência da poluição do ar, da contaminação dos solos, dos rios e dos mares, da degradação de áreas férteis e do manejo de resíduos etc. Assim, percebe-se que as agressões ocasionadas pelas empresas poderiam comprometer o futuro dos investimentos, o mercado começou a selecionar as empresas comprometidas com a preservação, manutenção e recuperação do meio ambiente. Por sua vez, a sociedade começou a cobrar destas mais responsabilidade socioambiental (COSTA; MARION, 2007).

A transparência ambiental no contexto empresarial, como resposta às demandas sociais relacionadas ao consumo de recursos naturais, gestão ambiental e comunicação; e impactos ambientais como resíduos, emissões, efluentes e áreas degradadas, gerados pela atividade operacional e seus reflexos no clima, biodiversidade e saúde humano, ganha cada vez mais ênfase no cenário internacional.

A intervenção ambiental no meio empresarial, seja de forma legal ou estratégica, divide a opinião dos gestores entre agirem em conformidade com a lei ou assumirem o compromisso ambiental, visando alcançar a competitividade estratégica. Os gestores entendem que a sustentabilidade cada vez mais impactará nos cenários corporativos. Assim, diante dos empecilhos para alcançá-la, é necessário que os gestores compreendam onde as empresas estão, para onde elas precisam ir e como alcançarão os objetivos do desenvolvimento sustentável (BERNS et al., 2009).

Nessa linha, as empresas focadas no desenvolvimento empresarial sustentável tendem a divulgar informações ambientais, incluindo o impacto ambiental decorrente das atividades, a compensação da poluição, investimentos de proteção ambiental, processos ambientais e políticas de proteção ambiental adotadas pela companhia (ZHONGFU; JIANHUI; PINGLING, 2011).

Diante desse fato, surge uma demanda por informações que contemple mais detalhes da interação das empresas com o meio ambiente, podendo ser suprida via evidenciação ambiental, que é definida por Rosa et al. (2012b) como um processo pelo qual as empresas divulgam o impacto sobre o meio ambiente e uma maneira que as torna responsável perante à sociedade. De acordo com Deegan e Gordon (1996), a evidenciação ambiental constitui parte do que é geralmente denominado relatório de responsabilidade social, informativo em que se relata a interação entre uma organização e o ambiente físico e social.

Alguns setores (Petróleo, Mineração, Siderurgia, Metalurgia, Químicos, Têxtil, Extração de Madeira, Energia Elétrica etc.) caracterizados como potencialmente poluidores, nível “Alto” ou “Médio”, pela Lei n°. 10.165/2000, despertam mais atenção da sociedade nos aspectos relacionados ao meio ambiente. Os resultados de algumas pesquisas (PATEEN, 1991; HACKSTON; MILNE, 1996; CAMPBELL, 2004; CHO; PATTEN, 2007) evidenciam que as empresas pertencentes a setores ambientalmente sensíveis tendem divulgar informações de caráter ambiental.

Para Neu, Warsame e Pedwell (1998), os gestores das companhias usam a divulgação de informações ambientais para administrar as impressões públicas das ações empresariais. No entanto, pesquisas anteriores apontam a falta de uniformidade ao se relatar tais informações (ARRAES; DINIZ, 2001; BEETS; SOUTHER, 1999; COSTA; MARION, 2007).

Embora haja tentativas de normatizar como estas informações devem ser divulgadas, não há ainda no Brasil, com exceção das concessionárias e permissionárias de energia elétrica reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a obrigatoriedade de difundi-las (ROVER et al., 2008). Zhongfu, Jianhui e Pingling (2011) relatam que por não haver claramente algo estipulado em leis, o nível de divulgação de informações ambientais ainda depende do comportamento voluntário dos gestores das empresas.

A ANEEL, por meio de seu Despacho de nº. 3.034 de 21/12/2006, instituiu o modelo para elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental das empresas de energia elétrica. Diante disso, optou-se em difundir nesta pesquisa o tema evidenciação ambiental das empresas do setor elétrico brasileiro.

De acordo com a ANEEL (2006), o Relatório de Responsabilidade Socioambiental está estruturado em cinco partes, denominadas dimensões (dimensão geral; dimensão governança corporativa; dimensão econômico-financeira; dimensão social e setorial e dimensão ambiental). Para fins desta pesquisa, será adotada apenas a dimensão ambiental.

A partir do cenário exposto, tem-se a seguinte pergunta motivadora da pesquisa: Tendo em vista a obrigatoriedade das concessionárias e permissionárias de energia elétrica em divulgar o Relatório de Responsabilidade Socioambiental regulado pela ANEEL, como estão sendo evidenciadas as informações ambientais pelas empresas listadas no segmento de energia elétrica da BM&FBOVESPA?

Em resposta ao problema, o objetivo geral da pesquisa consiste em identificar o nível de evidenciação ambiental a partir dos relatórios socioambientais do ano de 2011 das companhias listadas na BM&FBOVESPA pertencentes ao segmento de energia elétrica. No intuito de alcançar o objetivo geral da pesquisa, buscam-se os seguintes objetivos específicos: (a) identificar a composição dos itens de divulgação da dimensão ambiental do Relatório de Responsabilidade Socioambiental; (b) levantar os relatórios correspondentes ao ano de 2011 utilizados pelas empresas para divulgar tais informações e (c) mensurar o nível de evidenciação ambiental por item e por empresa.

O estudo baseia-se em premissas essenciais para a realização de uma pesquisa científica: a realização do estudo em tempo hábil, uma vez que as informações estão presentes em sítios eletrônicos; ineditismo do tema a nível nacional; recursos financeiros suficientes e “a crescente demanda da sociedade por maior *accountability* no que tange a relação das empresas com o meio ambiente” (ROVER et al., 2008, p. 2).

A pesquisa de Neu, Warsame e Pedwell (1998) estudou a evidenciação ambiental como um método eficaz de gestão de impressões externas. Portanto, devido à preocupação dada ao tema nos últimos anos, estudar a evidenciação de informações ambientais torna-se um meio viável de monitorar quais medidas que as

organizações estão tomando para compensar os danos ambientais decorrentes das atividades.

A presente pesquisa limita-se às informações divulgadas pelas companhias pertencentes ao segmento energia elétrica da BM&FBOVESPA nos relatórios de sustentabilidade ou similar do ano de 2011.

Para abordar os apontamentos descritos até então, este artigo está estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. Na seção 2, apresenta-se o referencial teórico do tema pesquisado. Na seção 3, descrevem-se os procedimentos metodológicos. A descrição e análise dos resultados são tratadas na seção 4 e a seção 5 apresenta os aspectos conclusivos e sugestões para trabalhos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentam-se os conceitos inerentes ao tema de pesquisa. O referencial teórico aborda a evidenciação de informações ambientais - tópico principal deste trabalho - e o relatório de responsabilidade socioambiental das empresas de energia elétrica.

2.1 Evidenciação de Informações Ambientais

A evidenciação de informações de naturezas distintas ganha cada vez mais importância no contexto organizacional. A procura pela informação, pelos usuários internos e externos cresce dia após dia na medida em que é necessário entender o contexto empregado e as práticas utilizadas para auxiliar na tomada de decisão.

No contexto ambiental, essa realidade não é diferente. Rosa et al (2011) acredita que evidenciar informações de caráter ambiental aumenta a comunicação entre as partes e diminui a assimetria informacional entre a organização e as partes interessadas (acionistas, administradores, funcionários, o governo, entre outros), os atuais *stakeholders*.

As informações ambientais normalmente são divulgadas nos *websites* das companhias ou por meio de relatórios, como o de Responsabilidade Socioambiental, Balanço Social, Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade etc.

Tinoco e Kraemer (2008, p. 262) relatam três questões básicas sobre evidenciação: a quem divulgar a informação, qual o propósito e qual a extensão em que se deve revelar. Assim, estabelece-se o usuário que vai receber as informações possibilitando flexibilidade na maneira e na linguagem como elas devem ser divulgadas.

A evidenciação ambiental das companhias cresceu desde as duas últimas décadas (GRAY et al., 2001). Na percepção de Gray e Bebbington (2001), o tema se caracterizou como uma manifestação da interação das organizações com o meio ambiente.

Existem algumas teorias que explicam os motivos que levam uma empresa divulgar informações de caráter ambiental. Na pesquisa de Jenkins e Yakovleva (2006), os autores destacam algumas delas, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Teorias que explicam os motivos da evidenciação ambiental e social

Teorias	Fontes
Regulação e Normas	(AZZONE; MANZINI; NOCI, 1996)
Teoria da Legitimidade	(PATTEN, 1991)
Teoria da Economia Política	(CORMIER; GORDON, 2001)
Teoria do <i>Stakeholder</i>	(ROBERTS, 1991)
O papel da pressão pública e externa	(WALDEN; SCHWARTZ, 1997; NEU; WARSAME; PENDWELL, 1998)
Fatores de maior tendência de divulgação social e ambiental; e custos de informação e benefícios	(CORMIER; GORDON, 2001)

Fonte: Adaptado de Jenkins e Yakovleva (2006).

Os fatores atrelados à divulgação de informações ambientais podem ser externos e/ou internos. Os externos compreendem a pressão reguladora, mecanismos competitivos e organizações não governamentais. Os internos estão relacionados à capacidade de gestão ambiental da organização, estrutura institucional, capacidade de aprendizagem (LIU; ANBUMOZHI, 2009).

Além disso, Crespo et al (2011) ressaltam que dentre os fatores utilizados para explicar as evidenciações ambientais, destacam-se: (i) as variáveis do tipo da empresa: setor, controle de capital e cotação na bolsa de valores; (ii) as variáveis de tamanho: número de empregados, volume de vendas, ativo total; (iii) as variáveis financeiras: rentabilidade, valor de capitalização das ações na bolsa de valores, endividamento e (iv) variáveis externas: aspectos sociais, políticos e aspectos

culturais, influências dos meios, afiliação a organizações não governamentais, pressões sociais, pressões governamentais, pressões de credores e tipo de auditoria.

Apesar de existir certa coincidência na finalidade dos padrões e dos regulamentos, existem diferenças conceituais básicas entre padronizar e obrigar a evidenciação de informações corporativas (RIBEIRO; VAN BELLEN e CARVALHO, 2011). Então, partindo do pressuposto de que a evidenciação ambiental possui alguns critérios e padrões já estabelecidos, no entanto, isso não a torna obrigatória no Brasil, exceto para as empresas submetidas à regulação da ANEEL.

Gubiani, Santos e Beuren (2010) observam a escassez do nível de informações ambientais nos relatórios contábeis das empresas, que normalmente são maquiadas, apresentando somente imagem positiva da organização. Além disso, discuti-se na literatura nacional (RIBEIRO; VAN BELLEN; CARVALHO, 2011) e internacional (POWER, 1991; GUNNINGHAM; GRABOSKY; SINCLAIR, 1998) que se a informação fosse obrigatória, muitas empresas ficariam preocupadas com os requisitos principais e não se preocupariam com os acontecimentos inéditos ou que despertem curiosidade, focando-se apenas nas informações obrigatórias.

2.2 Relatório de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica

De acordo com a ANEEL (2006b, p. 4)

O Setor Elétrico, numa atitude pioneira, vem elaborando, desde 2002, o Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial, em conformidade com as orientações constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, e alterações posteriores. Considerando a evolução de relevantes questões vivenciadas pelo setor nos últimos anos, tais como: universalização dos serviços; eficiência energética; pesquisa e desenvolvimento; e fontes alternativas de energia, no final de 2004, a ANEEL iniciou um processo de análise sobre o referido relatório, visando ao seu aprimoramento e adequação a essa nova realidade.

Esse aprimoramento contou com a participação das Superintendências da Agência e das empresas do setor elétrico brasileiro – que enviaram as contribuições. O manual tem por objetivo apresentar o novo modelo de relatório, denominado Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia

Elétrica, doravante chamado de Relatório de Responsabilidade Socioambiental, em substituição ao referido Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial (ANEEL, 2006b).

O Relatório de Responsabilidade Socioambiental objetiva ser um instrumento de demonstração das políticas e ações peculiares do setor elétrico, que evidencie a contribuição para desenvolver uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa, por meio do conceito de um serviço público socialmente responsável (ANEEL, 2006b).

Quanto à obrigatoriedade, vigência e prazo, destaca-se o seguinte:

É obrigatória a elaboração, pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, do Relatório de Responsabilidade Socioambiental, a partir do exercício de 2007, para divulgação em 2008. Fica ressalvado que o modelo apresentado é um padrão mínimo a ser elaborado, ficando a critério da empresa elaborar os seus relatórios com base em padrões mais abrangentes, como é o caso do modelo GRI, desde que contemple as dimensões citadas no presente trabalho, bem como aborde indicadores e informações com as especificidades do setor elétrico. O Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Balanço Social devem ser encaminhados à Agência até 30 de abril do exercício subsequente, em arquivo magnético, para divulgação e disponibilização pela ANEEL no seu site. As empresas poderão disponibilizar o referido Relatório e Balanço Social nos seus respectivos sites (ANEEL, 2006b, p. 9).

O relatório introduzido pela ANEEL estrutura-se em cinco dimensões (dimensão geral, dimensão governança corporativa, dimensão econômico-financeira, dimensão social e setorial e dimensão ambiental) que contemplam descrições de atividades e indicadores de desempenho (qualitativos e quantitativos), inerentes a elas, de forma a fornecer uma visão holística, consistente e consolidada de questões relevantes e peculiares do setor de energia (ANEEL, 2006b).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção aborda os procedimentos para condução do trabalho, apresentando o enquadramento metodológico, a população e a amostra da pesquisa, seguido dos procedimentos relativos à metodologia.

3.1 Enquadramento Metodológico

Nesta pesquisa, o enquadramento metodológico é explicado pelos aspectos: natureza do objetivo; natureza do artigo; tipo de pesquisa, coleta de dados; abordagem do problema; resultados; procedimentos técnicos e instrumento de investigação, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Enquadramento metodológico da pesquisa

Aspectos	Referências	Objeto ou Objetivo
Natureza do objetivo	Descritiva (RICHARDSON, 2008)	Buscar identificar nos relatórios das empresas pesquisadas informações sobre a evidência ambiental a partir da revisão da literatura da pesquisa.
Natureza do artigo	Empírica (DEMO, 1989)	A pesquisa parte do conhecimento gerado na literatura para estudar as informações de caráter ambiental contidas nos relatórios.
Tipo da pesquisa	Prática, do tipo <i>Survey</i> (FREITAS <i>et al.</i> , 2000)	Responder ao que está acontecendo ou como e porque isto está acontecendo; e obter dados ou informações sobre o tema nos relatórios.
Coleta de dados	Dados secundários (RICHARDSON, 2008)	Na revisão da literatura foram utilizados artigos científicos nacionais e internacionais e para a coleta das informações ambientais utilizou-se o relatório de sustentabilidade ou similar do ano de 2011 divulgado pelas empresas.
Abordagem do problema	Qualitativa (RICCIO; SAKATA; SEGURA, 2001)	Identificar a abordagem do tema da pesquisa pela comunidade científica; e identificar, a partir da exigência da ANEEL – órgão regulador do setor elétrico -, qual é o nível de evidência ambiental das empresas pesquisadas.
Resultados	Aplicada (RICHARDSON, 2008)	Gerar conhecimento sobre a evidência ambiental, por meio de um referencial teórico sobre o assunto e da análise do conteúdo.
Procedimentos técnicos	Documental (RICHARDSON, 2008)	Levantamento dos relatórios disponibilizados pelas empresas e a análise propriamente desses documentos.
Instrumento de Investigação	Análise de conteúdo (ABBOTT; MONSEN, 1979)	Identificar as informações ambientais divulgadas pelas empresas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.2 População e Amostra

A população da pesquisa consiste nas empresas listadas no segmento de energia elétrica da BM&FBOVESPA. Essa relação, que é composta por 65 empresas, foi coletada no sítio eletrônico da BM&FBOVESPA no dia 4 de maio de 2013. A fim de compor a amostra do estudo, buscaram-se, nos *websites* das companhias da CVM e da BM&FBOVESPA, os relatórios socioambientais das 65 empresas.

Assim, a população contempla a quantidade total de empresas inseridas no segmento, já a amostra apresenta as empresas que publicaram o relatório de sustentabilidade ou similar do ano de 2011. No Quadro 3, apresentam-se a composição desses dois itens.

Quadro 3 – População e amostra da pesquisa

POPULAÇÃO				
521 PARTICIP	CEB	COELBA	EMAE	MPX ENERGIA
524 PARTICIP	CEEE-D	COELCE	ENERGIAS BR	NEOENERGIA
AES ELPA	CEEE-GT	COPEL	ENERGISA	PAUL F LUZ
AES SUL	CELESC	COSERN	ENERSUL	PROMAN
AES TIETE	CELGPAR	CPFL ENERGIA	EQUATORIAL	REDE ENERGIA
AFLUENTE	CELPA	CPFL GERACAO	ESCELSA	REDENTOR
AFLUENTE T	CELPE	CPFL PIRATIN	FORPART	RENOVA
AGCONCESSOES	CEMAR	DESENVIX	GER PARANAP	RIO GDE ENER
AMPLA ENERG	CEMAT	EBE	GTD PART	TAESA
BAESA	CEMIG	ELEKTRO	INVESTCO	TERMOPE
BONAIRE PART	CEMIG DIST	ELETROBRAS	ITAPEBI	TRACTEBEL
BRASILIANA	CEMIG GT	ELETROPAR	LIGHT	TRAN PAULIST
CACHOEIRA	CESP	ELETROPAULO	LIGHT S/A	UPTICK
AMOSTRA				
AES ELPA	CEEE-GT	COELBA	ELETROBRAS	LIGHT S/A
AES SUL	CELESC	COELCE	ELETROPAR	NEOENERGIA
AES TIETE	CELPA	COPEL	ELETROPAULO	PAUL F LUZ
AFLUENTE	CELPE	COSERN	EMAE	REDE ENERGIA
AFLUENTE T	CEMAR	CPFL ENERGIA	ENERGIAS BR	RENOVA
AGCONCESSOES	CEMAT	CPFL GERACAO	ENERGISA	RIO GDE ENER
AMPLA ENERG	CEMIG	CPFL PIRATIN	ENERSUL	TAESA
BAESA	CEMIG DIST	DESENVIX	EQUATORIAL	TRACTEBEL
BRASILIANA	CEMIG GT	EBE	ESCELSA	TRAN PAULIST
CEEE-D	CESP	ELEKTRO	LIGHT	

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Justifica-se a seleção deste segmento pelo fato de o setor elétrico ser considerado de utilidade pública, representando relevância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. As atividades desse setor elétrico geram impactos ambientais (CLARKE; GIBSON-SWEET, 1999), da mesma forma que é um segmento considerado de médio impacto ambiental (BRASIL, 2000). Quanto às evidências contidas no referencial teórico internacional destacam (PATEEN, 1991; HACKSTON; MILNE, 1996; CAMPBELL, 2004; GAO; HERAVI; XIAO, 2005; WILLIAMS, 1999; CHO; PATTEN, 2007) que as empresas pertencentes a setores potencialmente poluidores são mais propensas a divulgar informações de caráter ambiental.

Com isso, espera-se, com a aplicação desta pesquisa, obter dados relevantes que contribuam para o desenvolvimento dos estudos voltados à evidenciação de informações ambientais por parte das empresas do setor elétrico brasileiro.

3.3 Procedimentos Metodológicos

Na pesquisa, utilizaram-se dados secundários coletados a partir dos relatórios das empresas correspondentes ao ano de 2011.

A escolha pela utilização do relatório de sustentabilidade ou similar como fonte de informações ambientais deve-se às evidências na literatura internacional (KOLK, 2008; FARNETI; GUTHRIE, 2009) e nacional (SILVA et al., 2012), que evidenciam a preferência das empresas em utilizar desse relatório para a prática da evidenciação ambiental e a exigência de divulgação pelo órgão regulador do setor elétrico brasileiro.

Os relatórios foram coletados no decorrer do mês de junho de 2013 e os arquivos que não estavam disponíveis para *download* e as informações de que se podia dispor apenas eletronicamente não foram incluídas na amostra da pesquisa.

A etapa de coleta das informações de caráter ambiental efetuou-se a partir da leitura de todos os relatórios que compõe a amostra.

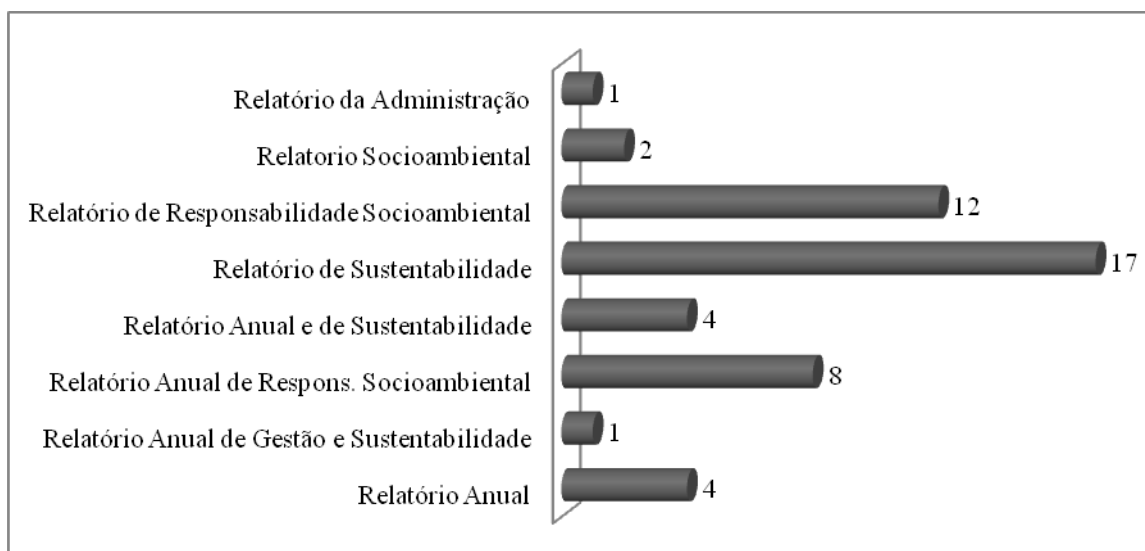
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O ponto inicial deste estudo concentrou-se na verificação de quais empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA divulgaram os relatórios socioambientais correspondentes ao ano de 2011 e qual foi a nomenclatura atribuída a eles.

Foram analisadas todas as empresas listadas nesse segmento - 65 companhias -, das quais 49 divulgaram algum relatório, representando 75,38% do total. Embora a ANEEL regule a publicação do relatório de responsabilidade socioambiental, ressalta-se que os apresentados pelas empresas possuem características semelhantes, ainda que contenham nomenclaturas distintas.

Na Figura 1, apresentam-se os relatórios socioambientais do ano de 2011 divulgados pelas empresas pesquisadas.

Figura 1 – Relatórios divulgados pelas empresas



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

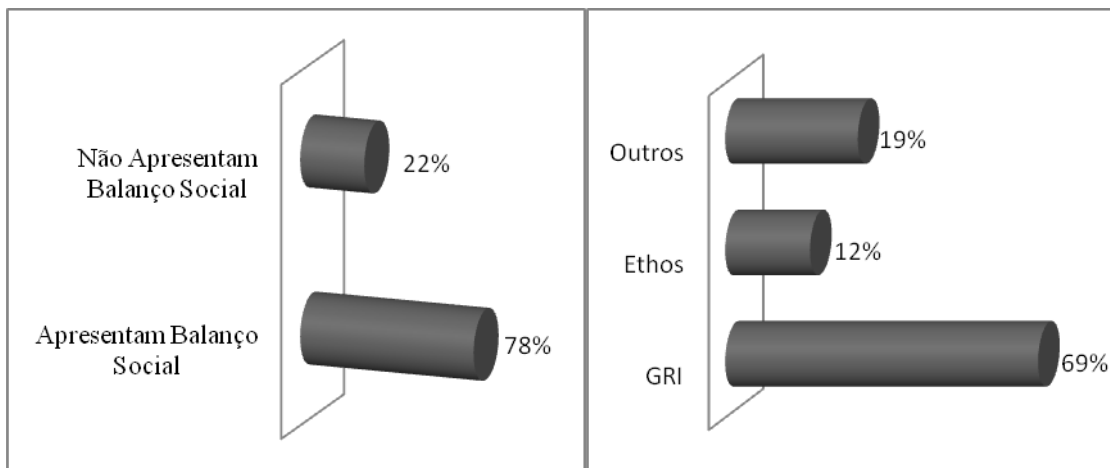
Com base nos dados contidos na Figura 1, percebe-se que não há uniformidade utilizada pelas empresas quanto ao nome atribuído aos relatórios. No entanto, o relatório de sustentabilidade e o relatório de responsabilidade socioambiental são os mais utilizados, correspondendo a 35% e 24% respectivamente da amostra.

De acordo com as informações descritas no Despacho da ANEEL nº. 3.034

O Balanço Social, conforme determina § 5º do item 6.2 das Instruções Gerais – IG do MCSPEE consiste numa das demonstrações contábeis, exigidas pela ANEEL para publicação, pelas concessionárias e permissionárias, ao final do exercício social. No item 9.2.3.4 [...], o MCSPEE apresenta o Balanço Social (modelo IBASE), como um anexo do “Relatório de Responsabilidade Social Empresarial” (ANEEL, 2006, p. 6).

Assim, mediante busca nos sítios eletrônicos das empresas e nos relatórios analisados, verificaram-se quais companhias divulgaram o Balanço Social (modelo IBASE) de 2011. Na Figura 2, apresentam-se o percentual de empresas que disponibilizaram tal balanço e os modelos utilizados para a elaboração dos 49 relatórios socioambientais.

Figura 2 – Percentual de divulgação do Balanço Social e modelos dos relatórios socioambientais

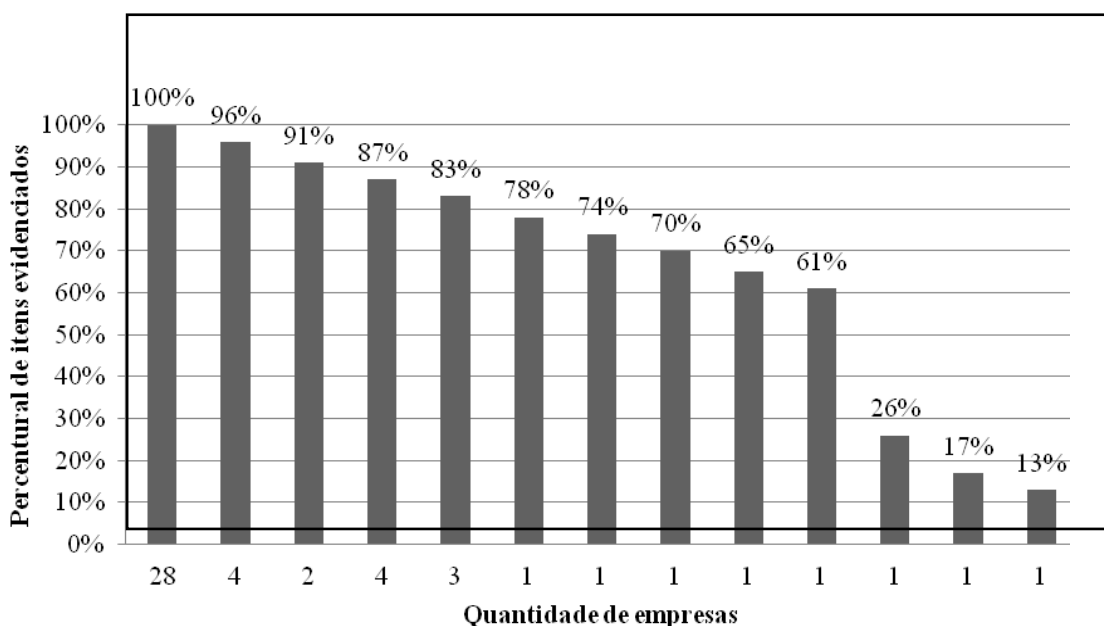


Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Na Figura 2, verifica-se que 78% (38 empresas) divulgaram o balanço social – modelo IBASE – correspondente ao ano de 2011. Embora a ANEEL determine que o balanço social seja um anexo do Relatório de Responsabilidade Social Empresarial, 11 empresas não cumpriram com tal exigência. Dentre os modelos de relatórios utilizados para reportar informações de caráter social e ambiental, 69% da amostra pesquisada os elaborou com base nas diretrizes do GRI. As diretrizes do Instituto Ethos fundamentaram os relatórios de 12 % da amostra.

Na análise dos dados, buscou-se identificar os níveis de evidenciação ambiental de cada empresa, conforme pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 – Percentual de divulgação referente ao questionário aplicado



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Os resultados revelam que 34 empresas apresentaram o nível de evidência ambiental acima de 90%, sendo que 28 companhias evidenciaram todos os itens relacionados à dimensão ambiental do relatório de responsabilidade socioambiental instituído pela ANEEL. Apenas três empresas analisadas não alcançaram níveis de evidência ambiental superiores a 50%.

Os dados apresentados na Tabela 1 referem-se às categorias e subcategorias associadas a informações ambientais, que foram pesquisadas nos relatórios de 2011 das empresas do setor elétrico listadas na BM&FBOVESPA.

Na Tabela 1 verifica-se que nenhum item foi evidenciado por todas as empresas. As subcategorias mais evidenciadas foram: 6.1 Educação ambiental – Comunidade (divulgada por 48 empresas); 1.1 Área preservada; 1.2 Área recuperada; 6.2 Educação ambiental – Organização; 8.2 Cultura, esporte e turismo e 8.3 Saúde (divulgadas por 47 empresas). Informações relacionadas à material adquirido com certificação florestal (subcategoria 5.1) estavam presentes no relatório de 34 empresas.

A primeira categoria refere-se à recuperação de áreas degradadas (áreas preservadas e recuperadas). Verificou-se que em alguns relatórios não há segregação dos dois itens.

Tabela 1 – Categorias e subcategorias evidenciadas pelas empresas

Categorias	Subcategorias	Total	%
1. Recuperação de áreas degradadas	1.1 Área preservada	47	95%
	1.2 Área recuperada	47	95%
	1.3 Normas de segurança ambiental - Acidentes	43	87%
	1.4 Normas ambientais - Autuações e multas	42	85%
2. Geração e Tratamento de Resíduos	2.1 Emissões	44	89%
	2.2 Efluentes	44	89%
	2.3 Resíduos sólidos	46	93%
3. Manejo de resíduos perigosos	3.1 Equipamentos substituídos	42	85%
	3.2 Lâmpadas descontaminadas	39	79%
	3.3 Gastos com tratamento e destinação de resíduos tóxicos	44	89%
4. Uso de recursos naturais da organização	4.1 Energia	46	93%
	4.2 Combustíveis Fósseis	45	91%
	4.3 Água	46	93%
5. Material de	5.1 Material adquirido em conformidade com critérios ambientais	37	75%

consumo	5.2 Material adquirido com Selo Verde ou outros	37	75%
	5.3 Material adquirido com certificação florestal	34	69%
6. Educação e Conscientização Ambiental	6.1 Educação ambiental - Comunidade	48	97%
	6.2 Educação ambiental - Organização	47	95%
7. Programa de Eficiência Energética PEE	7.1 PEEs destinados à formação da cultura em conservação	43	87%
	7.2 PEEs destinados ao uso racional de energia	44	89%
8. Outros	8.1 P&D voltados ao meio ambiente	45	91%
	8.2 Cultura, esporte e turismo	47	95%
	8.3 Saúde	47	95%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Já os acidentes que aconteceram por violação das normas de segurança ambiental, identificou-se que a maioria das empresas não possuía acidentes por conta disso, contudo, relatam tal informação.

A segunda categoria retratou a geração e o tratamento de resíduos e abordou os temas emissões, efluentes e resíduos sólidos. Os itens dessa categoria estão diretamente associados ao ciclo operacional de grande parte da amostra de pesquisa, como também são temas de questionamentos e monitoramento por parte de órgãos ambientais, organizações não governamentais (ONG), Governo, comunidade etc.

A categoria correspondente ao manejo de resíduos perigosos está dividida em três tópicos: equipamentos substituídos; lâmpadas descontaminadas e gastos com tratamento e destinação de resíduos tóxicos. O percentual de evidência desta categoria compreendeu entre 79% e 89%. Algumas empresas não especificam como os resíduos são gerenciados, contudo, relatam algumas medidas de controle.

Quanto aos usos de recursos naturais da organização, analisaram-se informações associadas à energia, aos combustíveis fósseis e à água. Estes itens foram bem detalhados em quase todos os relatórios analisados. Os combustíveis fósseis referem-se em grande parte ao combustível gasto com os veículos de utilidade das organizações.

A quinta categoria abrange o tema material de consumo. Este item apresentou o menor percentual de evidência dentre as categorias. A subcategoria com menor divulgação refere-se aos materiais adquiridos com certificação florestal.

A categoria educação e conscientização ambiental foi abordada no âmbito da comunidade e da organização. Normalmente as empresas do setor elétrico divulgam informações dessa natureza, pois, os investimentos/custos com educação ambiental fazem parte, na grande maioria, das condicionantes para a renovação da Licença de Operação (LO) das usinas.

Na sétima categoria, aborda-se o Programa de Eficiência Energética (PEE), que são os programas das organizações direcionados aos incentivos com a formação da cultura em conservação e ao uso racional de energia. As empresas procuram incentivar a conservação e o racionamento de energia junto à comunidade e aos funcionários.

O oitavo e último tópico refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) voltados ao meio ambiente; à cultura, ao esporte e ao turismo e à saúde. Os níveis de evidenciação das três subcategorias representaram 91%, 95% e 95%, respectivamente.

5. CONCLUSÃO

Mediante aplicação desta pesquisa, identificou-se que dentre as 65 companhias listadas no segmento de energia elétrica da BM&FBOVESPA, 75% (49 empresas) divulgaram o relatório socioambiental correspondente ao ano de 2011. A aderência à publicação de tais relatórios pelas empresas justifica-se, pois, o órgão regulador do setor elétrico brasileiro – ANEEL – instituiu em 2006, o modelo para elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental das empresas de energia elétrica.

Na análise dos dados, verificou-se a ausência de uniformidade na nomenclatura atribuída aos relatórios, sendo os mais utilizados: relatório de sustentabilidade (17 empresas); relatório de responsabilidade socioambiental (12 empresas) e relatório anual de responsabilidade socioambiental (8 empresas). Contudo, embora haja distinção nos nomes dos relatórios, as informações contidas nestes informes são congruentes na maioria dos casos.

Observou-se que 34 empresas evidenciaram 90% ou mais dos itens analisados na pesquisa. A escolha pelos assuntos abordados na coleta de dados deu-se a partir dos temas que compunham a dimensão ambiental do relatório de

responsabilidade socioambiental introduzido pela ANEEL, sendo que 28 delas descreveram todos os itens nos relatórios.

De maneira geral, as empresas desse setor evidenciam grande parte das questões abordadas nesta pesquisa. As atividades exercidas pelas empresas do setor de energia são consideradas de alto potencial ambiental e social e resultam em grandes consequências ambientais, considerando a degradação dos recursos naturais.

Por fim, destaca-se que por meio da utilização de tópicos de evidenciação ambiental pré-estabelecidos pelo órgão regulador do setor elétrico brasileiro – ANEEL – foi possível compreender o estágio atual da aderência ao relatório de responsabilidade socioambiental (ano base 2011) pelas companhias do setor elétrico listadas na BM&FBOVESPA.

Para futuros trabalhos sugere-se avaliar outros relatórios ou até mesmo comparar o nível de informação ambiental com base em divulgações anteriores e posteriores ao ano de 2011. Faz-se necessário difundir os estudos com empresas do segmento de energia que não estão listadas na BM&FBOVESPA.

ENVIRONMENTAL DISCLOSURE – ANALYSIS OF ADHERENCE TO SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY REPORT OF ANEEL BY ELECTRICITY SECTOR COMPANIES LISTED ON BM&FBOVESPA

ABSTRACT

This study aims to identify the environmental disclosure level of the companies listed on BM&FBOVESPA belonging to the electric power segment. With this aim, it is adopted a Survey type practical research, descriptive nature, with a qualitative approach of problem. The data were collected from social and environmental reports

for the year 2011. The level of environmental disclosure was measured by using threads that make up the environmental dimension of environmental responsibility report introduced in 2006 by the regulator of the Brazilian electric sector - ANEEL. It's found that among the 65 companies listed in this segment, 75% (49 companies) disclosed the social and environmental report for the year 2011. ANEEL guides that companies publish the social balance sheet (IBASE model) within the social and environmental reports, however, it's found that 78% of the sample reported it. The survey results show that 34 companies disclosed 90% or more of the items analyzed in the study, with 28 of them described all items in the reports. It's conclude, that the intervention of the regulator drives the brazilian electric sector companies accountable to society, considering that natural resources are essential for implementation of the activities performed in this sector.

Keywords: Environmental disclosure; ANEEL; Electricity sector; BM&FBOVESPA.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Walter; MONSEN, Joseph. On the measurement of corporate social responsibility: self-reported disclosures as a method of measuring corporate social environment. **Academy of Management Journal**, v. 22, p. 501-515, 1979.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Despacho nº. 3.034, de 21 de dezembro de 2006a. **Aprova a alteração do Manual de Contabilidade do Serviço Pública de Energia Elétrica, institui um novo modelo para o Relatório de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica.** Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2013.

_____. **Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica.** 2006b. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/default.cfm?idaplicacao=43. Acesso em: 27 jun. 2013.

ARRAES, R. A.; DINIZ, M. B. Efeitos de custos e gestão ambiental sobre a competitividade da indústria brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. Associação Brasileira de Custos. 2001, **Anais...** UNISINOS - São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2001.

AZZONE, G.; MANZINI, R.; NOCI, G. Evolutionary trends in environmental reporting. **Business Strategy and the Environment**, v. 5, n. 4, p. 219-230, December 1996.

BEETS, S. D.; SOUTHER, C. C. Corporate environmental reports: the need for standards and an environmental assurance service. **Accounting Horizons**, v. 13, n. 2, p. 129-145, Jun. 1999.

BERNS, M.; TOWNEND, A.; KHAYAT, Z.; BALAGOPAL, B.; REEVES, M.; HOPKINS, M. S.; KRUSCHWITZ, N. The business of sustainability. **MIT Sloan Management Review**, Special Report, p. 5-16, 2009.

BM&FBOVESPA. **Empresas Listadas.** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?Idioma=pt-br>. Acesso em: jun. 2013

BRASIL. Lei nº. 10.165, de 27 de Dezembro de 2000. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm. Acesso em: 27 out. 2012.

_____. Lei nº. 12.305, de 2 de Agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº. 9.065 de 12 de Fevereiro de 1998, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 27 out. 2012.

CAMPBELL, D. A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies – a research note. **The British Accounting Review**, v. 36, p. 107-117, 2004.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. **Accounting Organizations and Society**, v. 32, n.7-8, p. 639-647, 2007.

CLARKE, J.; GIBSON-SWEET, M. The use of corporate social disclosure in the management of reputation and legitimacy: a cross sectoral analysis of UK top 100 companies. **Business Ethics: An European Review**. v. 8, n. 1, p. 5-13, 1999.

CORMIER, D.; GORDON, I. An examination of social and environmental reporting strategies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 14, n. 5, p. 587-616, 2001.

COSTA, R.; MARION, J. A uniformidade na evidenciamento das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 43, p. 20-33, jan./abr. 2007.

CRESPO SOLER, C.; RIPOLL FELIU, V.; ROSA, F. S.; LUNKES, R. J. Modelo EDE - environmental disclosure evaluation. **Quadern de treball**. Facultad de Economía. Universitat de Valencia. España, v. 169, p. 1-28. Issn dep. V-172-1995. 2011.

DEEGAN, C. GORDON B. A study of environmental disclosure practices of Australian corporations. **Accounting and Business Research**, v. 26, n. 3, p. 187-199, 1996.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1989.

FARNETI, F.; GUTHRIE, J. Sustainability reporting by Australian public sector organisations: Why they report. **Accounting Forum**, v. 33, n. 2, p. 89-98, 2009.

FREITAS, H. M. R. et al. O Método de Pesquisa Survey. **Revista de Administração RAUSP. São Paulo**, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

GAO, S. S.; HERAVI, S.; XIAO, J. Z. Determinants of corporate social and environmental reporting in Hong Kong: a research note. **Accounting Forum**, v. 29, p. 233-242, 2005.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. **Accounting for the environment**. 2. ed., Londres: Sage, 2001.

GRAY, R.; JAVAD, Mohammed; POWER, David M.; SINCLAIR, C. Donald. Social and Environmental Disclosure and Corporate Characteristics: A Research Note and Extension. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 28, n. 3-4, p. 327-356, abr./mai. 2001.

GUBIANI, Clésia Ana; SANTOS, Vanderlei; BEUREN, Ilse Maria. Informações ambientais evidenciadas pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. In: **Simpósio de Administração da Produção Logística e Operações Internacionais (SIMPOI)**, São Paulo, 2010. Anais... São Paulo: FGV/SP, 2010. v. 1. p. 1-15.

GUNNINGHAM, N.; GRABOSKY, P.; SINCLAIR, D. **Smart regulation: designing environmental policy**. New York: Oxford University Press Inc., 1998.

HACKSTON, David; MILNE, Markus. Some determinants of social and environmental disclosure in New Zealand companies. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77-108, 1996. <http://dx.doi.org/10.1108/09513579610109987>

JENKINS, H.; YAKOVLEVA, N. Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 3-4, p. 271-284, 2006.

KOLK, A. Sustainability, accountability and corporate governance: exploring multinationals' reporting practices. **Business Strategy and the Environment**, v. 17, n. 1, p. 1-15, 2008.

LIU, Xianbing; ANBUMOZHI, V. Determinant factors of corporate environmental information disclosure: an empirical study of Chinese listed companies. **Journal of Cleaner Production**. v. 17, n. 6, p. 593-600, April 2009.

NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports. **Accounting, Auditing & Accountability**, v. 23, n. 2, p. 255-282, 1998. [http://dx.doi.org/10.1016/S0361-3682\(97\)00008-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0361-3682(97)00008-1)

PATTEN, Dennis M. Exposure, Legitimacy and Social Disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**. New York, v. 10, n. 4, p. 297-308, winter, 1991.

POWER, M. Auditing and environmental expertise: between protest and professionalization. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 4, n. 3, p. 30-42, 1991.

RIBEIRO, A. M.; VAN BELLEN, H. M.; CARVALHO, L. N. G. de. Regulamentar Faz Diferença? O Caso da Evidenciação Ambiental. **Revista Contabilidade & Finanças (Online)**, v. 22, n. 56, p. 137-154, mai./ago. 2011.

RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G.; SEGURA, L. C. A Pesquisa qualitativa em contabilidade. **Proceedings of Asian-Pacific Conference on International Accounting Issues**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 13, 2001.

RICHARDSON, R. J. e colaboradores. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed., São Paulo: ATLAS, 2008. 336 p.

ROBERTS, C. B. Environmental disclosures: a note on reporting practices in mainland Europe. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 4, n. 3, p. 62-71, 1991.

ROSA, F. S. et al. Gestão da Evidenciação Ambiental: Um estudo sobre as Potencialidade e Oportunidade do Tema. **Engenharia Sanitária e Ambiental**. v. 16, p. 157-166, 2011.

ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; LUNKES, R. J. Environmental disclosure management: a constructivist case. **Management Decision**, v. 50, n. 6, p. 1117-1136, 2012b.

ROVER, S.; BORBA, José A.; MURCIA, Fernando D.; VICENTE; E. F. R. Divulgação de Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis: um Estudo Exploratório sobre o Disclosure das Empresas Brasileiras Pertencentes a Setores de Alto Impacto Ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)**, v. 3, p. 53-72, 2008.

SILVA, T.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. Evidenciação de custos e investimentos ambientais das companhias do setor elétrico listadas no ISE BM&FBOVESPA 2011/2012. In: Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e

Meio Ambiente, 14, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Uninove/ FEA-USP/ EAESP-FGV, 2012. CD-ROM.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WALDEN, W. Darrell; SCHWARTZ, Bill N. Environmental disclosures and public policy pressure. **Journal of Accounting and Public Policy**, New York, n. 16, p. 125-154, 1997.

WILLIAMS, S. M. Voluntary environmental and social accounting disclosure practices in the Asia-Pacific region: an international empirical test of political economy theory. **The International Journal of Accounting**, v. 34, n. 2, p. 209-238, 1999.

ZHONGFU, Y.; JIANHUI, J.; PINGLING, H. The Study on the Correlation between Environmental Information Disclosure and Economic Performance - With empirical data from the manufacturing industries at Shanghai Stock Exchange in China. **Energy Procedia**, v. 5, p. 1218–1224, 2011.